

EDITAL Nº 01/2020/SNJ/CGCID/MMFDH

Chamamento Público para Requisição de Servidores Públicos Federais interessados em atuar na Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, na Coordenação Geral de Cidadania, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

A SECRETARIA

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) é uma das oito secretarias finalísticas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e possui 26 (oitenta) diferentes competências, conforme estabelecido no art. 24, do Decreto n. 10.174/2019 e Portaria n. 3.136/2019. Está dividida em um departamento, Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Juventude, e quatro coordenações, quais sejam: Coordenação-Geral de Gestão, Coordenação-Geral de Projetos, Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Coordenação-Geral de Cidadania.

No departamento citado, são tratadas as seguintes pautas, por meio de Coordenações-Gerais constantes em sua estrutura: assistir o Secretário na definição de diretrizes e na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos subordinados à sua estrutura organizacional; planejar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às políticas públicas de juventude; apoiar e monitorar a implementação e a execução de programas, de projetos e de ações relacionados às competências da Secretaria; elaborar e apoiar ações que promovam a integração do jovem à unidade familiar e aos vínculos paterno-filiais e fraternais; e promover a solidariedade intergeracional no âmbito das relações familiares.

À Coordenação Geral de Cidadania, a que o edital se refere, compete: coordenar ações, programas e atividades, conforme designado pelo Gabinete, em especial àquelas voltadas à garantia de direitos dos jovens; coordenar, supervisionar e promover ações e programas no âmbito da Secretaria, voltadas ao esporte, cultura e lazer; criar ou apoiar planos, projetos, programas e ações específicos para a juventude que demandem o desenvolvimento e a incorporação da perspectiva jovem em políticas de cidadania de interesse da Secretaria Nacional; coordenar ações para a manutenção do banco de dados de programas e ações do Governo Federal voltados para a juventude; buscar a institucionalização das políticas de juventude, tais como o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, ID JOVEM, Estatuto da Juventude, Plano Nacional da Juventude, e programas estabelecidos em Lei ou Decreto; articular parcerias com a sociedade civil para a promoção e defesa dos direitos da juventude; e estabelecer o diálogo e articular parcerias com organismos de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como com o legislativo, com o judiciário e com representantes da sociedade civil, para a implementação de políticas públicas de

juventude, com interface com as diferentes instâncias do Estado e atores da sociedade.

A Secretaria Nacional da Juventude busca articular, promover e proteger direitos da juventude por meio de políticas públicas para a juventude, programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinados à implementação de políticas de juventude, promoção de espaços de participação dos jovens, proposições para adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência.

A OPORTUNIDADE

O chamamento público está voltado à servidores públicos federais para integrar o quadro da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, na Coordenação Geral de Cidadania, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacando-se que, apesar de não haver gratificações adicionais, a requisição assegura todos os direitos e vantagens a que o servidor faça jus no órgão ou entidade de origem (art. 2º da Lei nº 9.007, de 1995).

PERFIL DESEJADO

Apresenta-se a seguir o perfil desejado do servidor:

Formação acadêmica do(a) servidor(a): Ensino Superior Completo, preferencialmente com pós-graduação em Gestão Pública, atuação na área de direitos humanos e/ou política para juventude.

Também, capacidade de trabalhar em equipe; postura proativa; comprometimento com a excelência no serviço; comportamento colaborativo; capacidade de comunicação clara e concisa; domínio da língua portuguesa; boa capacidade de redação.

QUALIFICAÇÕES DESEJADAS

Apresenta-se a seguir as qualificações desejadas do servidor:

Além disso, busca-se servidores com desejável conhecimento no processo de planejamento e orçamento; experiência no ciclo da política pública (formulação-implementação-acompanhamento); elaboração de documentos de comunicação (despachos, ofícios, notas técnicas); análise de proposta e plano de trabalho; apoio na implementação de políticas públicas; correção de desvios na execução de programas,

planos e ações de governo, a partir da verificação de informações geradas na sua execução; aprimoramento dos processos de trabalho; e conhecimento da Legislação pertinente a orçamento e finanças (Lei 4.320/1964, Decreto 93.872/85, LOA, LDO e legislação correlata), conhecimento da Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

Ainda, o profissional precisa ter abertura e facilidade de compreender as necessidades da área em que trabalhará e capacidade para se posicionar como um parceiro dos seus colegas de trabalho.

Informamos ainda que o Ministério é composto por 8 Secretarias temáticas, sendo que existe atualmente outro chamamento público em andamento, assim solicita-se ao candidato que esteja concorrendo às vagas em outra Secretaria que informe no ato de sua inscrição essa opção, ou seja, que já está concorrendo em outro chamamento público do mesmo Ministério.

Esclarecemos que o fato do candidato se candidatar em outro chamamento público para outra Secretaria, não inviabiliza sua candidatura nesta Secretaria, apenas por princípio de boa-fé e economicidade sugere-se essa observação no ato de candidatura, se caso for selecionado haverá a interlocução entre as Secretarias interessadas.

REQUISITOS

- Ser servidor público federal, inclusive de autarquias e fundações federais;
- Possuir nível superior completo, preferencialmente com pós-graduação em Gestão Pública. Preferencialmente um especialista em análise e elaboração de políticas públicas, analista técnico - administrativo de políticas sociais, com atuação na área de direitos humanos e/ou políticas para juventude;
- Experiência mínima de 2 (dois) anos na análise e elaboração de políticas públicas;
- Interesse pelas atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional da Juventude e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como um todo;
- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Domínio da língua portuguesa.

Modelo de contratação: Exercício, mediante **requisição**, assegurados todos os direitos e vantagens a que faça jus no órgão ou entidade de origem (art. 2º da Lei nº 9.007, de 1995). Não há gratificações adicionais.

Local de trabalho: Brasília-DF.

Como se inscrever? Os interessados devem acessar o link <https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=eLGI-E6IESWa79RY-ax2gF7A->

[UezK1CvI_4ZcWVBsJUOVdYWE0wOUE1R0tNSE5OOVFHVDJITUZYRy4u](#) e preencher formulário eletrônico até 15 de março de 2020.

Prazo para inscrição:

15/03/2020